



ENTREVISTA

**ENTREVISTA:
IVO OSS EMER! : VIDA,
TRAJETÓRIA INTELECTUAL E EDUCAÇÃO**



Vol.10 Número Especial

jan./jun.2015

p. 563 - 586

Entrevistador: Prof. Paulino José Orso ²

Esta entrevista foi concedida pelo Prof. Ivo Oss Emer, entre os meses de agosto e setembro de 2014, em Cascavel, onde reside. A mesma foi realizada por meio de questões previamente formuladas e encaminhadas por e-mail. Nascido em 27 de outubro de 1943, é natural da Vila Korff, antigo 3º Distrito de Vacaria-RS. Iniciou seus estudos em 1950, com seis anos. Além de falar sobre sua primeira professora, da escola primária, de sua entrada no seminário, da trajetória junto ao convento dos freis franciscanos capuchinos no Rio Grande do Sul e de seu percurso pela educação, também trata da memória, das mudanças sócio-educacionais e da história da Região Oeste do Paraná. Em 1978, depois de concluída a graduação, rumou para Cascavel, onde permaneceu até o atual momento. Nesta cidade, além de exercer a docência na Educação Básica, também participou das lutas pela implantação da Educação Superior, que se concretizaria em 1972, onde também viria a atuar como docente até sua aposentadoria (2002). Em 2001, à convite do Prof. Kuiava, passou a trabalhar no curso de Pedagogia da Faculdade Assis Gurgacz (FAG).

Além de ter se destacado como docente, especialmente de Filosofia, na Unioeste, o Prof. Ivo também é reconhecido como um dos pioneiros na pesquisa educacional da Região Oeste do Paraná. Em 1991, defendeu sua dissertação de mestrado no Instituto de Estudos Avançados em Educação - IESAE - Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro - intitulada Desenvolvimento Histórico do Oeste do Paraná e a Construção da Escola, que se constituiu numa referência para muitas pesquisas realizadas posteriormente.

Finalmente, queremos dizer que, sempre disposto, Ivo Oss Emer nunca mede esforços para contribuir com a Unioeste quando solicitado. Assim, mesmo depois de sua aposentadoria, tem trabalhado no Curso de Especialização em História da Educação Brasileira, organizado pelo Grupo de Pesquisa do HISTEDOPR (ofertado por 4 vezes) e, à convite do mesmo

¹ Entrevista concedida pelo Prof. Ivo Oss Emer, entre os meses de agosto e setembro de 2014. Depois de atuar em escolas de ensino médio em Cascavel, foi professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste e, após sua aposentadoria, também atuou como docente na Faculdade Assis Gurgacz - FAG. E-mail: ivoemer@certo.com.br

² Doutor em História e Filosofia da Educação pela Unicamp, docente dos cursos de Pedagogia e do Mestrado em Educação da Unioeste, líder do Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação - GT da Região Oeste do Paraná - HISTEDOPR. E-mail: paulinorso@uol.com.br

grupo, também tem ministrado diversas palestras, sempre de forma gratuita.

Paulino José Orso - *Conte-nos um pouco de sua vida, sua história e sua formação antes de vir para o Oeste do Paraná.*

Ivo Oss Emer - Primeiramente, quero dizer que demorei alguns dias para iniciar a rascunhar alguma coisa no sentido de dar conta das questões a mim propostas pela revista **Educere et Educare**. Olhei para meu passado na tentativa de visualizar e garimpar algo que tenha assumido significado, que tenha assumido algum sentido histórico em decorrência de ações de que tenho participado. O que teria sido importante no caminhar o meu caminho.

Confesso do fundo de minha consciência que não fui capaz de me ver, a não ser em raros e breves momentos, tomando a dianteira de alguma coisa inovadora, liderando movimentos para gerar profundas rupturas, rupturas “revolucionários”. Sempre fui de comedidas empolgações. Nunca fui de proferir discursos inflamados com o objetivo de mover vontades; pelo contrário, sempre participei de grupos, exercendo meu papel na organização do pensamento sobre temas discutidos, construindo uma estruturação lógica e registro para retomada da reflexão de grupo dos quais eu participasse. É nessa perspectiva que eu gostaria que minha trajetória fosse vista. Todo o percurso tem seu ponto de partida, seu início. Do meu percurso, gostaria de apontar alguns tópicos.

Meus pais, ambos nascidos em Caxias do Sul, eram netos de imigrantes europeus. Os pais deles, portanto meus avós, participaram de um dentre os primeiros deslocamentos de excedentes populacionais das colônias iniciais, as velhas colônias de imigrantes da região serrana do Rio Grande do Sul. Naquela região da serra gaúcha foi implantada, ainda no império (1870), a Colônia Princesa Isabel, uma área bastante grande, onde nasceram diversas importantes cidades, ainda hoje polarizadas por Caxias do Sul.

No início do Século XX, os descendentes de imigrantes das colônias iniciais passaram a ocupar e colonizar novas áreas do território gaúcho: Campos de Cima da Serra (Vacaria e proximidades) e Planalto (Passo Fundo e proximidades). O sonho de meus avós era comprar mais terras para os filhos, de preferência para além e acima do Rio das Antas.

Em 1912, meus avós adquiriram terras no sul do então vastíssimo município de Vacaria. Lá existiam latifúndios, chamadas invernadas, enormes fazendas, originárias do tempo das sesmarias, ou do tempo dos tropeiros, e até de outras formas de “aquisição de terras” que tinham os amigos dos poderosos, no tempo em que bastava um requerimento. As terras que meus pais cultivaram e atualmente meus irmãos cultivam eram parte da Fazenda Borges. Existiam outras grandes propriedades: invernada dos Korff, diversas fazendas dos Paim, fazenda Souza e outras. Nessas fazendas existiam extensos pinhais, explorados por madeireiras de Caxias do Sul nas décadas de 1930 e 1940.

O atual endereço rural de meus irmãos, onde eu nasci, é Estrada dos Borges, sem número. Pelos indícios e pelas informações obtidas junto a descendentes de antigos moradores, os Korff eram a família mais poderosa e influente na localidade, uma família que foi proprietária de escravos. O pequeno centro urbano, construído pelos filhos e netos de imigrantes, onde havia a escola, o comércio, o moinho, a ferraria, a alfaiataria, as selarias, sapatarias, carpintarias e outros serviços, a igreja em homenagem a São Manoel, chamava-se Vila Korff. A ponte de ferro sobre o Rio das Antas entre Criúva, distrito de Caxias do Sul e Vila Korff até hoje é conhecida pelo nome histórico de Ponte Korff; na internet também consta com esta designação. No meu registro de nascimento (manuscrito) consta que eu nasci no dia 27 de outubro de 1943, em Vila Korff, 3º Distrito de Vacaria. Junto com outros povoados, esta parte emancipou-se de Vacaria e passaram a constituir o atual município de *Campesre da Serra*. E, evidentemente, minha escolarização teve início no Grupo Escolar Estadual de Vila Korff.

Há precariedade de informações a respeito da data de criação do Grupo Escolar Estadual de Vila Korff. Pelo cruzamento de dados disponíveis, foi possível inferir que o grupo escolar estadual iniciou suas atividades nos primeiros anos da década de 1930. Na época, apenas as sedes de município eram brindadas com grupos escolares mantidos pelo estado. Contudo, bem próximo de Vila Korff, destacou-se outra família de fazendeiros muito poderosa: a família de Samuel Guazzelli, (pai do ex-governador gaúcho Sinval Guazzelli) uma família historicamente vinculada a Getúlio Vargas e de seus principais feitos políticos. Talvez aí esteja a justificativa pela qual Vila Korff tenha “merecido” um grupo escolar mantido pelo estado. Mas, de 1912 até 1932/33, provável data de criação do Grupo Escolar Estadual, houve escolarização em algumas encruzilhadas na região de Vila Korff, precárias escolinhas que ensinavam, no máximo, até o 3º ano primário. Essa era a escolarização de meu pai e de minha mãe.

O fato é que, por ser grupo escolar estadual, havia mais exigências quanto à qualificação dos professores, na condição de servidores do Estado. O grupo escolar era utilizado também para a prática de ensino dos estagiários das raras Escolas Normais da época. Foi em decorrência do cumprimento de seu estágio que Hilda de Almeida Pereira iniciou e desenvolveu sua carreira de professora no Grupo Escolar Estadual de Vila Korff, gerando inesquecíveis conotações ao início de minha escolarização.

A jovem estagiária, loira e linda, filha de fazendeiros de Muitos Capões - RS, despertou fulminante interesse do filho do moinheiro, chamado José Carlos Zago. Casaram e a professora tornou-se, para o bem do ensino de muitas crianças, uma nova moradora de Vila Korff.

Iniciei meus estudos em 1950, com seis anos – completaria sete anos apenas no final de outubro. Já no primeiro dia de aula, minha professora foi Hilda Pereira Zago. Tenho poucas lembranças de minha alfabetização. São raras as lembranças de minha cartilha; lembro que tinha uma ilustração acima de cada texto: uva, sapo, girafa. Porém, lembro uma técnica utilizada pela professora para identificação das letras. Ela dobrava um papel em quatro partes e rasgava a dobradura no ponto central. Desdobrando o papel, no centro ficava um furo. O papel era colocado sobre as palavras para identificação individual de cada letra da palavra. Depois de identificadas uma a uma, a professora ajudava a juntar as letras e formar as palavras. Muitos anos depois, descobri que esta técnica de alfabetização, identificando primeiro as letras e depois a palavra, já tinha sido utilizada pelos gregos, ainda na Idade Antiga, antes de Cristo.

Não lembro em que ano de minha escolarização comecei a ler com uma relativa fluência, talvez no segundo ano. Mas lembro de que minha mãe, muito feliz, contou para uma amiga que eu já lia no jornal para ela escutar. Lembro também que a professora Hilda frequentemente fazia ditados de palavras isoladas e também de sentenças completas.

Tenho muitas lembranças, talvez por causa das provocações de meu pai, do meu aprendizado de matemática. O pai dizia: vocês que estão indo na escola vamos ver se já aprenderam a fazer esta conta... E apresentava uma quantidade de quilos de um produto agrícola para ser transformada em sacos e depois pelo preço por saco ver, no final, quanto dinheiro daria o produto depois de comercializado. Num instantinho o pai, de cabeça, fazia todos esses cálculos; até porque a produção não era tão grande assim. E nós, com lápis e papel, lá discutindo se era primeiro de dividir e depois de multiplicar... ou somar... E ele dizia: que demora, gurizada!.. Às vezes a solução ficava para o dia seguinte.

Pertinho do pátio do Grupo Escolar havia dois eucaliptos bem desenvolvidos que derrubavam galinhos secos, com sementes. Já nos primeiros dias de aula, na hora do recreio, a professora Hilda pediu que os alunos de sua classe fossem lá debaixo dos eucaliptos e recolhessem a quantidade de galinhos que cada um pudesse trazer. Depois do toque da sineta, voltamos para a sala de aula. Com o acompanhamento da professora, aqueles

galhinhos foram quebrados num comprimento de quatro dedos e guardados em caixas de sapatos. Aqueles palitinhos foram muito usados nas aulas de matemática na construção de conceitos de unidade, nos exercícios de soma, subtração e especialmente nos exercícios de multiplicação e divisão.

Nas aulas, cada aluno recebia uma quantia de palitinhos para trabalhar os conceitos de unidade. Depois das unidades vinham as dezenas. Aí começou a complicar. As unidades pertenciam a uma coluna e as dezenas a outra coluna. Uma dezena e três unidades para mim parecia muitas palavras para significar treze.

Não tenho uma lembrança precisa de quando recebemos uma brochura impressa em papel jornal, com umas seis ou oito páginas, talvez no final do segundo ano; era a famosa tabuada. Cuidei muito desse caderninho, ele me acompanhou durante diversos anos. Nele existiam os fundamentos das quatro operações. Mesmo com a tabuada em papel, os palitinhos não deixaram de ser usados. Frequentemente, a caixa de sapatos dos palitinhos era trazida para a sala de aula pela professora Hilda. Nossos palitinhos eram o concreto da tabuada.

Com os palitinhos, a professora Hilda trabalhava os conceitos de soma, o sinal mais. Um tanto de palitinhos, mais outro tanto, dá tantos palitinhos: o total, o todo, o resultado... E dê-lhe contar palitinhos; até porque nesta etapa de escolarização, a quantidade de dedos das mãos já era uma quantidade insuficiente aos nossos cálculos. O mesmo processo era utilizado para construir o conceito de subtração: o diminuir, o tira tanto, resta tanto.

Quando chegamos na tabuada da multiplicação, os palitinhos fizeram o maior sucesso. Foram fundamentais para a construção do conceito de vezes. Um montinho de quatro palitos, outro montinho de quatro palitos, mais um montinho de quatro palitos significa uma vez o quatro, mais uma vez o quatro, mais uma vez o quatro. A multiplicação é a soma de um número xis vezes. É uma soma de $4 + 4 + 4$. E quanto é 4×3 ? A gente reclamava... Como? Não era 3×4 ? Ainda não estudamos a tabuada do 4! Aí entrou um novo conceito. Daqui pra lá e de lá pra cá na multiplicação dá sempre na mesma. Muito mais tarde fiquei sabendo que a isso se chama: “em multiplicação a ordem dos fatores não altera o produto”.

Mas o que mais me ajudou a ter domínio nos cálculos matemáticos foi a construção de conceitos matemáticos, de raciocínios matemáticos. O conceito de que multiplicação é uma sequência de somas me serve até hoje. Se atualmente eu precisar fazer um cálculo sem auxílio eletrônico e tiver dúvida de quanto é 8×7 , não pisco o olho e somo 4×7 mais 4×7 e segue o cálculo... Coisas que a professora Hilda me ensinou. Aliás, ela sempre dizia que era muito mais prático saber a tabuada de cor. Eu concordo com ela até hoje.

Ainda em matemática, já nas séries finais do primário, passamos a estudar coisas mais complicadas. A tal da divisão. Lembro que os palitinhos foram usados. A professora trabalhou o conceito de repartir. Dividir era repartir em partes iguais. Por exemplo, temos aqui nesta caixa 36 caramelos e estamos em nove, quantos caramelos cada um vai ganhar? Aí já começaram a entrar aqueles conceitos de dividendo (aquilo que vai ser dividido) e divisor (por quantos, com quem será dividido). Complicou ainda mais quando o divisor era maior que uma dezena. Tinha que fazer diversos experimentos para ver quantas vezes o divisor cabia no dividendo. Não podia restar uma quantia maior que o divisor. No caso, o divisor caberia no mínimo mais uma vez. Também a multiplicação pelo divisor não podia passar o total do dividendo.

Além da divisão, passamos a estudar regra de três, juros e porcentagens e as frações. Hoje eu entendo porque o trabalho da professora Hilda era tão especial. Num encontro de professores municipais, promovido pela Assoeste, no final da década de 1980, tive a oportunidade de comentar como tinha aprendido a regra de três, lá nos anos 1950 e

nunca mais esqueci. A professora Hilda começou trabalhando o conceito de totalidade, o todo, tudo. Numa sala de aula tem 9 alunos. O todo é nove alunos, 9 alunos são o 100% dos alunos. Seja lá o que for, alunos, dinheiro, frutas, ovos, a totalidade, o todo, tudo é sempre 100%. Se uma maçã é dividida em quatro partes, é o todo dividido por quatro, é o 100% dividido por quatro. Quem come uma parte da maçã que foi dividida por 4, come uma quarta parte do todo, come uma quarta parte de 100%, isto é, come 25% do todo.

Depois de bem entendidos esses conceitos, a professora partia para os exemplos, montar os cálculos e fazer exercícios. Na montagem dos problemas, o todo deve estar sempre na mesma linha do 100%. Por exemplo: Ferdinando comprou sapatos novos por Cr\$ 48,00. O vendedor lhe deu 5% de desconto. Quantos cruzeiros (moeda da época) ele ganhou de desconto? Daí $100\% = 48,00$; $5\% = X$. Multiplica-se em cruz as pontas conhecidas e divide por 100 encontra-se o valor em dinheiro. Nas frações, o numerador representa o todo e o denominador representa em quantas partes foi dividido o todo. Quando numerador e denominador se igualam perfazem o todo.

Além de português e matemática havia aulas de história e geografia do município e do estado e algumas aulas de ginástica, pouco. O que havia mais, com tempo bom, eram brincadeiras com bola. Eu me cuidava muito para não sujar o guarda pó. Só tinha um...

Talvez você que está lendo tenha estranhado que eu só falo da professora Hilda Pereira Zago. É isso mesmo. Durante todo o primário, a nossa turminha só tivemos ela como professora; ela nos acompanhou da 1ª série até a final da 5ª série, concluída 1954.

Durante o ano de 1955 fiquei em casa, realizando de alguns trabalhos nas atividades rurais da família. Na roça eu ficava de conversa, poiado no cabo da enxada, mais atrapalhando do que ajudando. Não era aquilo que eu queria na minha vida. Meus pais e irmãos tinham clara percepção de que eu era inadequado para trabalhar na roça. E eu tinha muita vontade de continuar os estudos...

Em dezembro de 1955, nas festas de final de ano, estive lá em Vila Korff um tio, irmão da mãe, que era frei capuchinho e trabalhava em Caxias do Sul. Por certo meus pais falaram do meu caso. À tarde, à sombra de um cinamomo, estavam o frei junto com alguns adultos, entre eles meus pais. O frei me chamou e perguntou se eu queria ir para o seminário. Um primo meu, que me conhecia muito bem, quando escutou essa fala, deu uma gargalhada. Eu pensei um pouco e, não é que disse que sim. O tio, Frei Sílvio Aurélio Armiliato, ainda me falou: vá lá, comporte-se bem e estude muito. Em fevereiro de 1956 estava lá no Seminário dos Freis Capuchinhos de Vila Flores, ainda distrito de Veranópolis. Na época essa foi a alternativa seguida por centenas de jovens rurais que desejasse prosseguir nos estudos: o internato em estabelecimentos de religiosos e religiosas. Esse foi o caminho de escolarização seguido por diversos de meus tios, tias e, eu incluído, cinco de minha família.

Naquele tempo, não davam muita importância à documentação escolar, histórico escolar, até porque as escolas rurais nem forneciam esse documento. Fui entrevistado, fizeram muitas perguntas para aferir meu nível de conhecimentos para me enquadrar numa classe. A certa altura me perguntaram em que cidade eu tinha estudado. Respondi que não foi em cidade não, foi no Grupo Escolar de Vila Korff, aluno da professora Hilda Pereira Zago. Acharam que meu nível de conhecimento era muito bom. Fui enquadrado na turma do Frei Efreem, uma classe considerada forte em conhecimentos.

Uma das técnicas utilizadas pelo Frei Efreem era dividir a sala em duas colunas. Cada uma das colunas tinha um aluno para conferir as respostas dadas pelo aluno da outra coluna, previamente definido. Quem corrigia os erros do colega 'opponente', ganhava pontos para sua coluna. Quem corrigisse errado, perdia pontos. No cantinho do quadro ficavam anotados os pontos de cada coluna. Era uma glória ganhar diversos pontos numa única aula. Os alunos que tinham mais conhecimentos ficavam nas primeiras filas da frente. Ser muito bom nos estudos ou ser muito bom nos esportes eram formas de ser respeitado diante do grupão de colegas.

Eu passei a ser respeitado mais pelo meu nível de conhecimentos.

Em 1957 já estávamos preparados para encarar o ginásial. Fomos transferidos para outro estabelecimento dos freis capuchinhos na cidade de Veranópolis. Como a legislação de ensino vigente era anterior à primeira LDB, tinha o famoso latim. Não tinha como aprender latim sem ter um bom domínio da análise sintática, algo que não tinha sido estudado adequadamente. O latim tem declinações e dependendo da função sintática, as palavras vão para diferentes casos. Por exemplo: o sujeito vai para o caso nominativo; o objeto direto vai para o caso acusativo; os adjuntos adverbiais vão para o caso ablativo, etc. Quando entendi bem essas questões, como se diz 'decolei'; passei a sentir o sabor do latim, do português, do ler para perceber a beleza da montagem das sentenças; o como se escreve, o como se diz – os recursos que a língua nos oferece para expor o pensamento.

Em 1960, para cursar a 4ª série ginásial, a nossa turma foi transferida para o seminário dos freis capuchinhos de Vila Ipê, na época 4º distrito de Vacaria, perto de Vila Korff, 3º distrito. Neste novo estabelecimento estavam previstos a conclusão do ginásial e o início do segundo ciclo, em 1961. A alternativa apresentado pelo seminário era o curso Colegial Clássico.

Este estabelecimento foi de fundamental importância para meu desenvolvimento intelectual e pessoal. O diretor era Frei Marcelino, uma personalidade forte, educador 24 horas por dia; exigia que tudo o que se fizesse fosse bem feito; estimulava o desenvolvimento da cultura, das artes, da pintura, o apreço pela música clássica, o canto (ele mesmo um poderoso tenor), o esporte bem praticado dentro do rigor das regras, a boa postura, os bons modos, a fala elegante e muita aplicação nos estudos. Além do Frei Marcelino, fazia parte da equipe um grupo de personalidades de grande importância, entre eles Frei Orlando Dotti, grande professor de Ciências Biológicas e línguas, professor de grego, latim e inglês, atualmente bispo emérito de Vacaria; Frei Gentil Simonetto, já falecido, grande personalidade, excepcional professor de português e literatura; Frei Constantino, um grande matemático, mas com precárias condições de saúde. Foi substituído por Frei Genésio da Silva, grande matemático e músico instrumentista. Esses educadores foram marcantes em minha vida. A partir de seus ensinamentos é que eu me dei conta de que eu “era capaz”, que eu tinha valor, enfim, que eu era alguém que podia, sem medo, encarar o mundo. E isso para mim não foi pouca coisa.

Depois do 1º ano do Colegial Clássico, tive um “pit stop” nos estudos no ano de 1962, um período sobre o qual não quero fazer nenhum comentário neste momento.

A nossa turma, muito desfalcada, retomou os estudos em 1963 numa nova realidade. O curso Colegial Clássico foi extinto pela nova legislação educacional, a LDB 4024/61. O restante de nosso ensino médio foi realizado com a denominação de Curso Científico. Como tínhamos realizado uma grande carga horária na perspectiva do Curso Colegial Clássico, a segunda e a terceira séries foram praticamente só nas disciplinas de matemática, física, química, biologia, específicas do Curso Científico.

Essas duas últimas séries do meu ensino médio foram realizadas num estabelecimento dos freis capuchinhos em Marau. Na época foi desencaixotado um completíssimo laboratório de física e química importado da Alemanha. Lembro até a marca – Bender. Continha a parte de ótica, eletricidade, mecânica; equipamentos para medição de fenômenos da física; um mundo de elementos químicos e equipamentos necessários para lidar com eles e realizar experiências. Eu me interessei um pouco por química, mais por influência de um grande companheiro de estudos, de produção de explosivos e outras coisas do gênero, de nome Néelson Campregher, um gênio da matemática, da física e especialmente da química. Eu me sentia mais a vontade nas disciplinas do Colegial Clássico, literatura latina e grega, a formação das palavras da Língua Portuguesa de derivação grega, a História antiga greco-romana. Até hoje, por causa do Colegial Clássico, guardo textos e coisas em grego e

latim.

Terminado o ensino médio, a etapa seguinte, o grande sonho era o ensino superior. Não havia muitas opções, mas para o que eu imaginava para mim o Curso de Filosofia seria muito bom. Feito o vestibular e aprovado, com muito empenho e dedicação, realizei o curso. Eu me sentia muito bem na área da História da Filosofia, Filosofia da Cultura, Cultura Brasileira, Filosofia da Educação, na Lógica e especialmente na área das Ciências Sociais, Sociologia Geral.

Na Sociologia, na Filosofia da Cultura e Cultura Brasileira entravam uma série de aspectos históricos da sociedade que me chamavam muito a atenção. Na época de faculdade falava-se muito dos movimentos populacionais no interior do país, das chamadas frentes migratórias internas, expansão das fronteiras agrícolas, problemas fundiários e problemas com saúde e educação nas frentes de expansão populacional. Tios, tias e pessoas conhecidas tinham saído da nossa localidade e se transferido para Santa Catarina e Paraná. Eu queria ver de perto, entender o que estava acontecendo com essa população aqui no Oeste do Paraná, área de atração de migrantes da Serra Gaúcha e de outras localidades do Rio Grande do Sul.

Paulino José Orso - *Fale-nos a respeito das impressões que teve ao chegar em Cascavel: a terra, as pessoas, os conflitos e as disputas travadas na região.*

Ivo Oss Emer - Eu estive em Cascavel pela primeira vez no início de novembro de 1967. Mas foi por acaso; eu tinha pensado ir para Matelândia, Medianeira, localidades de onde se recebia muitas notícias, propagandas de colonizadoras. Eu embarquei em Vacaria num ônibus de empresa Pluma que fazia a linha Santa Maria – Curitiba. Desembarquei em Curitiba às 16 horas. Sem maiores informações, comecei a andar pela rodoviária de Curitiba, olhando painéis de empresas de ônibus e seus destinos. Vi empresa Sulamericana – Cascavel – 18 horas. Lembrei que Cascavel não era muito longe de Matelândia, Medianeira. Comprei a passagem, fiz um lanche e embarquei. A atual BR 277 estava em obras em muitos trechos. Estava chovendo muito e, em alguns trechos, havia precários desvios. Passamos parte da noite, até o amanhecer, com o ônibus atolado num desvio, aí no Rio das Cobras. No clarear do dia, já com tempo bom, o motorista saiu a pé em busca de socorro. Voltou num trator da empresa do asfaltamento da rodovia para rebocar o ônibus e seguir viagem.

No ônibus, aproveitei para conversar com alguns gaúchos e catarinenses moradores de Cascavel. Eu comentei que as notícias de Cascavel no Rio Grande do Sul eram de muitas mortes, muita disputa de terra, grilagem, problemas de titulação de terras. Eles me garantiram que isso de fato acontecia antes de 1962. Depois de 1962 o governo do Paraná começou a pôr fim a essa confusão. Afirmavam que ainda aconteciam algumas mortes no Piquiri e na gleba Tormenta, longe de Cascavel. Diziam que ainda, lá de vez enquanto, acontecia alguma morte, sobra de velhas encrencas de jagunços.

Na ocasião, eu ainda estava devendo um trabalho de Filosofia da Cultura, uma das disciplinas de final do curso. Nesta disciplina a cultura é vista como um resultado do fazer humano, mas por outro lado o ser humano é interpretado como que mergulhado num ambiente cultural e se inter-relaciona com o resultado do fazer de todos os homens e extrai para si aspectos que se ajustem à sua visão de mundo, com sua interpretação de mundo e da realidade, portanto de suas perspectivas filosóficas. Houve épocas em que a filosofia da cultura foi interpretada de uma forma muito etnocêntrica. O conceito filosófico de cultura é bem mais amplo do que o tamanho da riqueza cultural de qualquer grupo étnico. Com o que vi em Cascavel foi suficiente para ter referências e cumprir o requisito da disciplina, não foi necessário viajar para Matelândia e Medianeira.

Em estudos complementares posteriores, quando já morava em Cascavel, o fenômeno cultural que aqui observei foi denominado de transplante cultural, isto é, o que a

população fazia na sua região de origem, sem alterações significativas, passou a fazer por aqui; até porque, no início, os grupos que para cá se transferiram, até certo ponto, eram culturalmente homogêneos. Depois, como apontou o historiador paranaense Ruy Cristovam Wachoviz, *'a população do Brasil se encontrou no Oeste do Paraná'* e passou a conviver sem conflitos mais significativos, com a população do Paraná Tradicional (da frente cabocla), com a população do Brasil Tradicional (da frente cafeeira) e com os descendentes de imigrantes europeus (da frente sulista). Aqui no Oeste do Paraná, como diz Paixão Côrtes, tradicionalista e pesquisador da cultura e folclore gaúchos, a população realizou *'caldeamento, superposição e mescla'* da cultura brasileira.

Quanto à terra, a natureza, fiquei encantado. Quando desembarquei na antiga rodoviária na Rua Carlos Gomes, entre as ruas Erechim e Rio Grande do Sul e olhei ao redor, no ondulado horizonte sul e oeste ainda se viam muitas copas de pinheiros. Aos poucos, até 1974, todas as copas de pinheiros e outras copas quase desapareceram por completo. As copas verdes, de pinheiros ou de árvores, como as imponentes perobas, só ficaram na lembrança ou em pequenas reservas florestais.

Já em terra firme e buscando algum rumo, o que fazer e aonde ir em terra estranha, encontrei um adolescente de nome David Bertocco e puxei conversa. Você é estudante? Sou, respondeu. Onde você estuda? Aí pra baixo no Ginásio Estadual de Cascavel, hoje Colégio Estadual Wilson Joffre. Pensei: é pra lá que eu vou. Se encontrar algum professor é tudo o que mais preciso para resolver minhas questões de Filosofia da Cultura. Encontrei uma professora que nunca tinha ouvido falar em frentes migratórias internas. Mas me informou que o diretor do ginásio, que estava viajando, era muito entendido nesses assuntos de geografia e história. Foi nos botecos mesmo que encontrei os melhores enfoques do que estava procurando. Achei até Álvaro Loch um ex-colega do tempo do ginásio, quando estudávamos em Veranópolis. Grande achado, ele me deu preciosas dicas de pensão a preços compatíveis com minha realidade e outras coisas mais. Resgatei minha leve malinha do guarda bagagem da rodoviária e me instalei na Pensão Catarinense. Andando de um lado para outro e conversando, e achei até parentes que não tinha a mínima ideia por onde andavam. O povo de Cascavel era muito parecido com tudo o que já tinha visto de gente em minha vida no Rio Grande do Sul. Poucos sobrenomes me eram estranhos.

Antes de voltar para casa, eu me encontrei com o diretor do Ginásio Estadual de Cascavel, Luiz Antônio Bruscato. Não falamos de frentes migratórias internas, mas quando soube que estava concluindo minha graduação me fez o convite para trabalhar no estabelecimento que ele dirigia.

Depois de dez dias vividos em Cascavel, pressionado pelo tempo e pela pouca grana, voltei para casa e disse para minha mãe: já sei onde vou trabalhar, vai ser em Cascavel, no Paraná. E ela me disse: ôh... tinha que ser tão longe! Retomei meus compromissos com a faculdade, entreguei meu trabalho e no dia 8 de dezembro de 1967, foi realizado o ato solene da colação de grau nos salões de um clube social de Cruz Alta – RS.

Numa quarta feira de fevereiro de 1968, antes do Carnaval, já era morador de Cascavel e me instalei na Pensão Catarinense. Como afirmei que seria professor, o proprietário da pensão colocou na minha "suíte" escrivaninha com estante de para meus livros. No primeiro dia do ano letivo já estava em sala de aula do Ginásio Estadual de Cascavel. Ainda em fevereiro de 1968 me encontrei com o professor Marcos Cláudio Schuster e com ele tive uma convivência fraterna até seus últimos dias. Com o professor Schuster aprendi muito e juntos encaramos diversos desafios na área da educação que o tempo, a história demonstraram que foram importantes para Cascavel e região.

Paulino José Orso - *Quais foram as atividades profissionais que desenvolveu na Unioeste e fora dela.*

Ivo Oss Emer - Desde meus primeiros tempos de Cascavel, já era frequente ouvir pessoas falando a respeito das dificuldades de manter os filhos no ensino superior em capitais ou em cidades distantes de Cascavel. As famílias de poucos recursos econômicos nem sequer aventavam a possibilidade de mandar seus filhos cursar faculdade nas capitais. Outras famílias se queixavam de que seus filhos já formados encontravam boas propostas de trabalho nas cidades onde tinham estudado e não retornavam para Cascavel.

No final de outubro de 1968, três professores do Colégio Estadual Wilson Joffre, em conversa de recreio, comentavam que Cascavel já comportava Ensino Superior. Todo mundo reconhecia a necessidade, só que ninguém sabia qual era o caminho, que requisitos tinham que ser cumpridos para criar cursos superiores. Esse grupo de professores (Marcos Cláudio Schuster, Ivo Oss Emer e Juarez Manoel Pereira Fernandes) começou a tratar dessa questão, envolvendo outras pessoas da sociedade cascavelense.

Os trabalhos propriamente ditos, de buscar informações, de conversar com mais pessoas que, de alguma forma, poderiam trazer alguma contribuição, foram iniciados no ano seguinte, depois das eleições e posse do novo Prefeito Octacílio Mion.

Em 1969, passei a integrar esse grupo de professores que se dispôs a desenvolver atividades visando à implantação dos primeiros Cursos Superiores do Oeste do Paraná. A mim coube, por decisão dos colegas de grupo – que já tinham percebido meu domínio da linguagem escrita, minha capacidade de redigir, de sintetizar – a tarefa de produzir os documentos necessários ao encaminhamento do Projeto de Implantação do Ensino Superior em Cascavel. Como dizia o Prof. Schuster: Ivo, senta e escreve...

Uma parte desse documento deveria conter a explicitação das condições sociais, econômicas e culturais para pleitear o nível de ensino superior. Depois de pesquisas e levantamentos de dados regionais, foram redigidas e organizadas as partes fundamentais do documento e encaminhada parte do Projeto ao Poder Público Municipal para complementação de outros itens a respeito da Mantenedora.

No grupo de professores discutia-se inclusive quais cursos seriam implantados. Tínhamos clara percepção de que entre os grandes problemas locais e regionais estava a carência de professores habilitados, titulados para atuar nos diferentes níveis de escolarização já instalados em Cascavel. Existia clareza quais seriam os cursos a serem implantados, até por pressão de professores que trabalhavam no ensino e não tinham suficiente titulação.

Nesta época existia uma grande expansão das escolas em razão do crescimento da cidade e vilas do interior que logo se tornariam sedes de novos municípios e da urbanização da população rural, em decorrência da decadência do ciclo econômico madeireiro, ampliação da atividade agrícola e início da mecanização e modernização da agricultura. Na criação de escolas não existia número suficiente de professores habilitados e qualificados para atuar no ensino atualmente denominado de Fundamental e Médio. Por essa razão, o grupo de professores optou por implantar cursos de licenciatura, cursos superiores específicos para formação de professores. Havia falta de professores de Língua Portuguesa e para o ensino de Inglês, para isso foi criado o Curso de Letras. Havia muita necessidade de que a educação fosse pensada, planejada e acompanhada, por essa razão foi criado o Curso de Pedagogia. Havia grande carência de professores de Matemática, Física, iniciação à Química e Ciências. Como alternativas foram criados os cursos de licenciatura em Matemática e Ciências.

Depois da devida tramitação, a atividade chagou a bom termo. Mediante publicação do Decreto Federal 70.521 de 15 de maio de 1972, foi autorizada a implantação da Fundação Universidade Oeste do Paraná – FUOP, uma Instituição Municipal Mantenedora e autorizada a implantação dos Cursos Superiores pioneiros da região Oeste do Paraná, a

saber: Pedagogia, Matemática, Licenciatura Curta em Ciências de 1º Grau e Letras Português – Francês/Inglês. A denominação Fundação Universidade do Oeste do Paraná (FUOP), em 1974 foi substituída pela denominação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel (FECIVEL).

Ainda em 1969, fui redator e participei, junto com outros professores (Marcos Cláudio Schuster, Hélio Lacerda, José Horr, Giovani Tonet), do encaminhamento do Projeto de criação de uma escola de calendário especial – um antigo sistema de escolarização supletiva, prevista na LDB 4024/61, denominado Miniginásio, estabelecimento que deu origem ao Colégio Rio Branco – Ensino Regular e Supletivo de 1º e 2º Graus, estabelecimento no qual trabalhei até o final de agosto de 1981. Neste estabelecimento particular de ensino fui Diretor durante cinco anos.

Em 1970, junto com o Professor Marcos Cláudio Schuster trabalhei na fundação de outro estabelecimento. Fui redator do projeto que deu origem ao atual Colégio Cristo Rei, nome escolhido pelo professor Schuster, mais tarde vendido, já em funcionamento, para outro grupo de professores.

No período de 1968 até o ano letivo de 1977 eu tinha aulas em Colégio Estadual e no Colégio Rio Branco, particular. No período de 1977 a agosto de 1981 trabalhei em tempo integral apenas no Colégio Rio Branco.

No segundo semestre de 1981, em razão de frequentes e significativas retiradas dos sócios, a Sociedade Mantenedora do Colégio Rio Branco entrou em sérias dificuldades financeiras. Eu, o diretor do Colégio, entrava em 'crise existencial' quando chegava a data de pagamento dos professores, e cadê caixa?... Pedi demissão e, mesmo com um considerável prejuízo salarial, fui para o Projeto Especial de Educação MEC/OEA/Assoeste. Fui ao encontro do professor José Kuiava que, como o professor Schuster – mas em outro estágio, em outro contexto – também tinha um fervilhar de ideias, projetos e mais projetos para educação, cultura, saúde, economia, ciência e tecnologia para o desenvolvimento do Oeste do Paraná.

No meu entender é sempre muito bom lembrar o que foi a Assoeste, sua origem e o que realizou no Oeste do Paraná.

As ações do Projeto MEC/OEA no Brasil incidiram sobre duas sub-regiões onde se realizavam grandes obras entre elas a represa da Itaipu Binacional, na fronteira Brasil-Paraguai e o Programa de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, na fronteira Brasil-Uruguai – esta é a razão do nome do Projeto. A execução do Projeto tinha como meta minimizar problemas sociais diversos, utilizando, renovando e fortalecendo as infraestruturas educacionais já existentes.

No Oeste do Paraná, durante a implantação do Projeto foi realizado um amplo diagnóstico educacional em três cidades polo da região: Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo. O referido Diagnóstico Educacional, na verdade uma inédita e ampla pesquisa das reais condições de vida da população (relatada em dois volumes), revelou a precariedade da situação educacional. As informações obtidas e os dados revelados fundamentaram a escolha de prioridades, o direcionamento da aplicação de recursos (nacionais e internacionais) e meios, e as decisões administrativas na execução de diversos subprojetos, entre eles: Estudos e Pesquisas em áreas de interesse sócio educacional; Habilitação e Aperfeiçoamento Profissional para a Educação, em colaboração com instituições na área da educação para elevação do nível profissional de professores e pessoal técnico-administrativo; Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional, para melhoramento das condições de emprego e da produtividade; Assistência a Instituições para aquisição de equipamentos, livros e materiais especializados e o subprojeto Publicações de livros, resultado de estudos, pesquisas, documentos de trabalho, materiais didáticos e outros textos de interesse educacional.

Os resultados decorrentes das ações desencadeadas pelo Projeto MEC/OEA nos

anos de 1975 a 1979 foram de tão grande significação para a região que atores e segmentos educacionais regionais buscaram alternativas para, mesmo depois de encerrado, as ações desenvolvidas pelo Projeto tivessem continuidade. Foi nesse contexto que em agosto de 1980, ainda na vigência do Projeto, foi instituída a Associação Educacional do Oeste do Paraná – Assoeste. Na fundação da Associação Educacional, participaram 20 municípios regionais que constituíam a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP, seis Cooperativas Agropecuárias e uma Central de Cooperativas, e as quatro Faculdades mantidas por Fundações Municipais existentes na região Oeste do Paraná.

Já com data prevista para seu encerramento e já no final dos recursos previstos para o Projeto Especial de Educação MEC/OEA foram desenvolvidas atividades específicas previstas no estatuto da Assoeste. Em primeiro lugar, por exigência da AMOP, as ações da Assoeste foram estendidas a todos os municípios da região, prevendo atividades nas seguintes áreas: a) Fortalecimento da educação das séries iniciais; b) Apoio ao Ensino Superior; c) Apoio a Instituições; d) Desenvolvimento Regional – Cooperativismo e Educação Ambiental.

No fortalecimento da educação nas séries iniciais, a Assoeste desenvolveu inúmeras atividades de acompanhamento, matrículas e chamada escolar; de assistência ao educando, serviço médico dentário; atividades de entrosamento escola/família; impressão de material didático, cartilhas e material de apoio para os professores. Promoveu inúmeros cursos de aperfeiçoamento de professores em metodologia de alfabetização; metodologia e técnicas de supervisão escolar; ampliação e melhoria da educação especial; inúmeros cursos de treinamento de professores em alfabetização e supervisão de 1ª a 4ª séries.

Mas, em razão de seus muitos desdobramentos, a atividade mais marcante no fortalecimento da educação nas séries iniciais foi, sem dúvida, o Projeto Memória. Coube a mim a coordenação regional da execução do Projeto Memória. O objetivo da atividade era a elaboração de material próprio de Integração Social para ser utilizado na 3ª e 4ª séries do Ensino Fundamental, ocasião em que são temas de estudo a comunidade, o município e o estado. O aspecto inovador foi a metodologia utilizada no desenvolvimento do Projeto Memória. Como o Oeste do Paraná é uma a região de ocupação e colonização recentes, a metodologia previa entrevistas com os pioneiros. Além de terem sido recuperadas inúmeras histórias de vida, valorizando os pioneiros como atores e construtores de suas comunidades, foi iniciado na região um resgate histórico desse povo e de seus descendentes, foram escritas monografias da história dos municípios, produzido o livro didático intitulado “Repensando o Oeste do Paraná”, houve a produção de diversas monografias sobre assuntos regionais e fundados diversos museus. Posteriormente, inúmeros professores do ensino superior, em suas dissertações ou teses de conclusão de pós-graduação *stricto sensu*, aprofundaram pesquisas de aspectos/temas apenas percebidos ou levantados pelo Projeto Memória. O Projeto Memória foi de muita valia também como fator de conscientização da população do Oeste do Paraná, que passou a perceber com mais clareza seu valor no contexto da história do estado e do país.

A Assoeste desenvolveu importantes atividades de apoio ao Ensino Superior mediante o planejamento e execução de Cursos de Especialização *lato sensu*. Foi a instituição pioneira na oferta de cursos para serem executados aqui na região, mediante convênios com renomadas universidades do país, entre elas URGs, UFPR, UNICAMP, FGV/RJ, PUC/RJ e UNIJUÍ. Essa ação teve como objetivo a qualificação dos professores das faculdades regionais, capacitando-os para planejamento, execução e avaliação de programas de ensino; aprofundamento de estudos dos problemas educacionais – aspectos econômicos, sociológicos e políticos da educação; pesquisa e planejamento educacional; aprimoramento e competência profissional de professores na área de Administração e ciências afins e de técnicos de órgãos e empresas. Essa ação da Assoeste junto aos Cursos Superiores

contribuiu decisivamente para a construção do espírito acadêmico e universitário no Oeste do Paraná. Dos cursos de especialização resultaram inúmeras pesquisas e publicações de livros, entre eles “O Texto em Sala de Aula”.

Em 1984, depois de uma pós-graduação *lato sensu* com professores do Instituto de Estudos avançados em Educação IESAE/Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e produção de monografia, passei a me interessar pela docência no ensino superior. Na administração do Diretor Prof. Ari Carlos Cantele, pela primeira vez na história da FECIVEL, o acesso de novos docentes foi mediante a realização de concurso público, com bancas constituídas por docentes pós-graduados de outras instituições, e os candidatos submetidos a provas escrita e didática e apresentação de titulação acadêmica para pontuação a partir da análise de currículo. Foi dessa forma que iniciei minha carreira de docente do ensino superior.

Se o Projeto Memória contribuiu apontando temas de pesquisa para futuros pós-graduados, o apoio ao Ensino Superior despertou o desejo dos professores pela busca do aperfeiçoamento e qualificação docente mediante a realização dos cursos de mestrado e doutorado. Os intercâmbios estabelecidos nessas ações criaram sólidos vínculos das instituições de ensino superior regionais com as mais importantes universidades de país e também preparou o terreno para o desenvolvimento da ideia de universidade, uma Instituição de Ensino Superior Pública para o Oeste do Paraná.

Na abrangência de “Apoio a Instituições” a Assoeste desenvolveu as seguintes ações definidas como prioridades: ampliação e enriquecimento, com bibliografia especializada, o acervo de bibliotecas públicas municipais, das bibliotecas escolares e especialmente das faculdades regionais; cursos de treinamento de pessoal da administração pública municipal; fortalecimento da estrutura técnico-administrativa das faculdades regionais; aquisição de máquinas e equipamentos gráficos para desenvolvimento das ações próprias da Assoeste.

No programa de Desenvolvimento Regional – Cooperativismo e Educação Ambiental, a Assoeste desenvolveu um seminário sobre educação e trabalho com a participação de 24 técnicos de quatro países. Contudo, significado maior teve a atividade denominada Programa de Desenvolvimento Regional, ação que possibilitou um detalhado levantamento de dados regionais, mediante a utilização da metodologia de pesquisa que buscava identificar as condicionantes, as deficiências e as potencialidades da região para estabelecer diretrizes para um Plano de Desenvolvimento Integrado. Para definir as prioridades do desenvolvimento regional, foi realizado um Seminário, com presença de técnicos pesquisadores de diversas instituições da região, de outros estados brasileiros e do exterior.

A coordenação técnica do seminário coube a um grupo de professores e pesquisadores da atual Unijui que, com antecedência, estudaram as reais condições regionais. No Seminário foram expostas e discutidas as informações coletadas e sistematizadas. Depois de quatro dias de estudos e debates, foi possível definir as prioridades e estabelecer diretrizes do desenvolvimento regional, inclusive apontando as atividades imediatas, de extrema urgência.

Esse seminário foi desenvolvido em julho de 1982. Lendo o Relatório Técnico, é impressionante a atualidade das “Prioridades Regionais”, isto é, continuam as mesmas. Como decorrência desse seminário e das pesquisas que o antecederam, foi criada uma preocupação, um nível de consciência a respeito das informações e dados, uma percepção da necessidade de sistematizar dados provenientes de diversas fontes sobre a realidade regional. A informação é um excepcional suporte à argumentação; a informação consistente é poder político.

Na área do cooperativismo, a Assoeste desenvolveu atividades em comunicação e

educação junto a associados e suas famílias. Nesta abrangência foi publicado um livro intitulado “Cooperativismo e Administração Rural”, organizado por pesquisadores da Unijuí. No entanto, a ação da Assoeste que mais produziu resultados tanto econômicos quanto de educação rural, sem dúvida, foi o Programa de Educação Ambiental e Comunitária.

Agentes educacionais da Assoeste tomaram conhecimento das primeiras experiências do sistema de conservação de solos e proteção do meio ambiente mediante a utilização de um sistema denominado microbacias integradas iniciado por agricultores de Nova Santa Rosa. Percebendo o valor dessa experiência, participou da divulgação do conceito e da implantação das primeiras experiências na comunidade de Tatu Jupí, no município de Céu Azul. Esse sistema de conservação de solos e proteção ambiental serviu como importante fator de conscientização para a necessidade de educação ambiental, área em que foi publicada uma cartilha intitulada “Passeio Ecológico” (mais de 85.000 exemplares, em diversas edições) numa época em que ainda era uma raridade a preocupação com o meio ambiente.

Durante o período em que trabalhei na Assoeste desempenhei diversas funções, inclusive produzi um conjunto de *slides* apresentado no auditório do Ministério da Agricultura, em Brasília, sobre as microbacias integradas do Oeste do Paraná, novidade na época. Mas posso garantir que o que mais fiz foi redigir e redigir: relatórios de encontros, relatórios de projetos concluídos, justificativas e objetivos de projetos, sintetizar palestras, esquematizar posicionamentos de diferentes segmentos em encontros e seminários, transcrever *fitas k7* de palestras e conferências, produzir textos de folders, etc.

Outra marcante atuação da Assoeste foi a de ter feito levantamentos de dados e previsto com considerável antecedência a inviabilidade do desenvolvimento do ensino superior mantido por recursos de Fundações Municipais. Ainda na primeira metade da década de 1980, as finanças municipais entraram em grave crise, inviabilizando as fundações municipais. Assim entendendo a realidade, a Assoeste manteve intenso intercâmbio com as faculdades isoladas regionais e foram sendo estudadas possíveis alternativas de constituição de uma universidade regional, multicampi, mantida por recursos públicos federais ou estaduais. A estrutura da Assoeste foi utilizada para desencadear as atividades iniciais que deram origem à atual Unioeste.

Mais uma vez fui designado, desta vez mediante Portaria (058/90-GD), para realizar pesquisas, sistematização de informações sobre os cursos e dados das instituições de ensino superior da região Oeste do Paraná, explicitando inclusive seu respectivo Plano de Expansão. Como resultado, quase a totalidade do Volume I da Carta Consulta enviada para análise do Conselho Estadual de Educação, posteriormente encaminhada ao MEC para reconhecimento da Unioeste, é de minha autoria.

Por erro de interpretação do reitor *pro tempore* e de sua equipe, em 1995 foram implantados os cursos de Engenharia Civil, Odontologia e Medicina ignorando as corretas tramitações. Como consequência os cursos que tiveram suspensão de funcionamento, causando sérios transtornos a estudantes e professores. Depois da eleição e posse do primeiro reitor para um mandato integral, Erneldo Schallenberger, de imediato, a nova administração passou a tratar da regularização dos cursos. A irregularidade do Curso de Engenharia Civil foi saneada ainda no começo de 1996 e não houve interrupção de funcionamento, nem suspensão da realização de vestibular.

Em razão do processo de regularização, no ano letivo de 1996 houve interrupção de funcionamento, e não foi realizado vestibular em Medicina e Odontologia. Depois de prolongadas batalhas, inclusive na Justiça Federal em Porto Alegre, e mediante a produção de volumosos processos elaborados na Pró-reitoria de Graduação, no final de agosto, o MEC e Conselho Federal de Saúde consideraram os requisitos cumpridos e os cursos de Medicina e Odontologia foram regularizados e autorizados novos vestibulares. Pesquisa, sistematização

de informações dos cursos e redação de documentos foram atividades desenvolvidas pelos professores Norma Viapiana Golfetto, Pró-reitora de Graduação e redação de Ivo Oss Emer, Diretor de Apoio Pedagógico.

No final de 2001, quando completei tempo de serviço como servidor público do Estado do Paraná, requeri aposentadoria; concedida em 05 de dezembro de 2002. Como eu tinha iniciado a contribuir junto ao INPS em 1968, depois INSS até 1991, solicitei os serviços de especialista em assuntos de tempo de serviço e aposentadoria que me informou da necessidade de mais 96 contribuições para ter direito à aposentadoria também pelo INSS. Haveria inclusive coincidência entre idade e tempo de contribuição, podendo optar por qualquer uma das alternativas.

Na época a Faculdade Assis Gurgacz – FAG estava em processo de implantação, e necessitava de pessoal com prática na estruturação institucional dos cursos. Para esse fim foi contratada a coordenação do Prof. José Kuiava. A convite do Prof. Kuiava, em 2001 passei a trabalhar na FAG, com aulas no curso de Pedagogia. Trabalhei na revisão de Projetos Pedagógicos dos Cursos, na implantação da Avaliação Institucional, na redação de partes dos processos de reconhecimento dos cursos e na redação de diversas partes bem mais da metade do Projeto Político Institucional PPI - FAG. Em novembro de 2008 obtive a aposentadoria pelo INSS, mas continuei a trabalhar até julho de 2009.

Paulino José Orso - *O senhor é conhecido e reconhecido praticamente como pioneiro na pesquisa educacional na região Oeste do Paraná. O que é que fez com que desenvolvesse a pesquisa sobre a História da Educação e que objetivos o moveram para realizá-la?*

Ivo Oss Emer - Em primeiro lugar eu sempre me interessei pela História essa que trata da trajetória da humanidade em geral. Depois, na minha graduação, tive uma enorme carga horária, de diferentes disciplinas, antecedidas pela palavra História. Só História da Filosofia foram cinco semestres, Cultura Brasileira, Sociologia, Filosofia da Educação, História da Educação, etc. tudo impregnado de História. O ser humano é o que é por causa de sua trajetória histórica. Não há como entender o ser humano, sua cultura, sua filosofia fora de seu contexto histórico. O ser humano antes de ser agente transformador (criador de novos contextos históricos) é moldado por seu contexto histórico: a realidade histórica que o viu nascer.

Na primeira vez que estive em Cascavel tentando entender o que estava acontecendo em termos de cultura nas frentes migratórias internas, na verdade levei um banho de História. E há cultura fora da História? Em conversa de bar, perguntei a um cidadão com um jeitão de gaúcho se fazia tempo que residia em Cascavel e porque deixou sua terra de origem. Na resposta ele referiu-se a “gaúcho cansado”. Eu não tinha entendido essa expressão e perguntei: como gaúcho cansado? Ele explicou dizendo que eram de Erechim, mas que a família morou alguns anos em Mariópolis e só depois se transferiu para Cascavel onde as terras são melhores. Aqui em Cascavel chamavam de gaúcho cansado àquele que saía do Rio Grande do Sul e dava uma parada em Santa Catarina ou no Sudoeste do Estado e só depois chagava em Cascavel. Essa História de gaúchos cansados continua cada vez mais intensa. Muitos gaúchos descansaram alguns anos no Paraná e estão indo para a Bahia, para o Piauí. No Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, Rondônia há gaúchos, paranaenses e nordestinos “cansados”, já com diversas paradas, construindo o interior desse país.

A pesquisa da História da Educação na região Oeste do Paraná foi acontecendo aos poucos ao longo do tempo. A produção da justificativa para a implantação dos cursos superiores pioneiros requereu pesquisa da situação educacional regional. Na ocasião foi percebido que havia um considerável número de secundaristas formados, portanto uma demanda reprimida por ensino superior. Nesse mesmo período, ainda existiam em Cascavel

escolas mantidas pelas serrarias, mas supervisionadas pela Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. Uma escola de natureza muito interessante, não é mesmo?

No período em que trabalhei na Assoeste estive permanentemente envolvido com a História da Educação da região, desde os dados levantados pelo Diagnóstico da situação educacional, realizado na implantação do Projeto Especial de Educação MEC/OEA até o detalhamento de ações decorrentes do Diagnóstico exigiam uma percepção da História da Educação de cada grupo social que constituiu distintas comunidades na região. Por exemplo, a história educacional de Toledo, Palotina e Marechal Cândido Rondon é completamente distinta da História da Educação de Três Barras do Paraná, Catanduvas e Guaraniaçu, no mínimo até o final do Século XX.

A realização do Curso de Especialização com professores do IESAE/FGV - Rio de Janeiro em Planejamento e Administração da Educação (1982) aguçou em mim a percepção de aspectos da História da Educação que eu não me dava conta em razão de carências metodológicas. Na monografia de conclusão do curso de especialização intitulada *Dados Regionais*, apesar de meus esforços, tinha uma série de inconsistências metodológicas. A questão central apontada pela banca era: lvo, o que você vai fazer com os dados? Para que servem dados? O que revelam os dados? Que leituras é possível fazer a partir de dados? Essas questões me deixaram mais desconfiado e com bem menos certezas. Percebi que eu tinha que continuar os estudos, realizando um bom mestrado, de preferência com a mesma turma de professores; por sorte, no final da década, consegui.

Mas o grande momento de me decidir pelo aprofundamento da pesquisa da História da Educação do Oeste do Paraná foi quando da execução do Projeto Memória. Um dos objetivos era produzir registros a partir de relatos de pioneiros, antigos moradores e quem mais soubesse histórias a respeito da comunidade. Foram produzidos milhares de registros. Dos registros seriam produzidos textos didáticos de Integração Social. De centenas de textos didáticos, cinquenta e quatro fazem parte do livro *Repensando o Oeste do Paraná*.

Essa atividade regional apontou uma série de aspectos e desvelou indícios de uma grande História da Educação. A população pioneira do Oeste do Paraná tinha realizado feitos de grande relevância em diversos aspectos da vida cultural e econômica prestes a serem de todo esquecidos.

Apenas como um exemplo, as grandes Cooperativas Agropecuárias do Oeste do Paraná todas elas nasceram no interior, nos distritos dos municípios da época. Essa era a cooperativa dos colonos, criada para estocagem e comercialização conjunta dos excedentes da produção agrícola familiar. As cooperativas da modernização agrícola nasceram na cidade. As cooperativas dos colonos foram urbanizadas e tornaram-se instrumentos difusores da modernização da agricultura que transformou o campo em mercado consumidor da produção industrial. A única cooperativa que nasceu num distrito e lá permaneceu foi a Copacol, até porque o distrito tornou-se sede do município e também seguiu os caminhos da modernização agrícola.

Outro aspecto que apareceu no desenvolvimento do Projeto Memória foi a constatação de que uma sociedade pequena e com atividades econômicas restritas se satisfaz com o ensino primário. Mas se essa sociedade crescer e diversificar as atividades econômicas, de imediato, requer novos níveis de escolarização; assim sucessivamente, isto é, a diversificação das atividades econômicas amplia e torna mais complexas as relações sociais. Esta é a explicação histórica das razões pelas quais as sociedades, à medida de seu desenvolvimento, requerem novos níveis de escolarização.

Há ainda aspectos antropológicos da educação. A maioria da população pioneira do Oeste do Paraná era descendente de imigrantes europeus que, por razões histórico-culturais, tinha um grande apreço pela educação de seus filhos. Como já tinha acontecido nas

colônias de imigrantes europeus, eles mesmos construíam suas escolas, no Oeste do Paraná os colonos repetiram a experiência histórica e construíram a escola dos colonos. Dessa escola exigiam competência técnica, deveria ensinar tudo o que os colonos entendiam como necessário para suas relações sociais. Como aconteceu com suas cooperativas, os colonos perderam também sua escola, transformada na década de 1950 em escola rural municipal.

De modo geral, na Região Oeste do Paraná, na década de 1950 foi implantada a escolarização de nível primário. No final da década de 1950 e 1960 foi o período da implantação de escolas de nível ginásial e das escolas confessionais. No final da década de 1960 foram implantadas algumas escolas de nível médio: escolas normais, técnico em contabilidade e um único curso científico. Neste mesmo período começa a divulgação da ideia da implantação da escolarização de nível superior.

Partindo da perspectiva de que as atividades econômicas e a complexidade das relações sociais delas decorrentes determinam o tipo e o nível de escolarização requerida pela população, ampliei as pesquisas e produzi a dissertação intitulada **Desenvolvimento Histórico do Oeste do Paraná e a Construção da Escola** como requisito de conclusão da pós-graduação, nível mestrado.

No meu entender, do meu orientador e da banca que acatou e aprovou minhas referências e pontos de partida, o desenvolvimento histórico é que determina o tipo, o nível e outras especificações da escolarização. Assim, por exemplo, o que os homens pensam depende muito do modo de vida, das relações sociais que estabelecem; depende, de modo geral, do como os homens constroem suas condições de existência, isto é, de como os seres humanos resolvem os problemas da subsistência, da sobrevivência. Em última instância, quem determina o que os seres humanos pensam são suas condições materiais, a forma de garantir a existência, as relações sociais estabelecidas na luta diária para viver. O como trabalham, o como produzem e que relações sociais estabelecem é que determina o que os homens pensam. O trabalhar, o produzir exige um grau adequado de conhecimentos equivalente ao que se faz. As condições de existência determinam a filosofia e a educação dos grupos sociais.

Numa sociedade indígena, são construídas alternativas de existência típicas de indígenas e são repassados e ensinados às novas gerações indígenas aspectos de sua cultura (conhecimentos, práticas, modos de vida) considerados fundamentais para a sobrevivência numa sociedade indígena. Os humanos que sobrevivem na forma indígena, com as características daquele tipo de cultura, são estabelecidas relações sociais requeridas pela vida nos grupos sociais indígenas.

Da mesma forma, numa sociedade altamente desenvolvida, onde as alternativas de existência são buscadas com auxílio de tecnologia de ponta, o como são encontradas as maneiras de sobrevivência são completamente diferentes das utilizadas numa sociedade indígena. Sociedades marcadas pela ciência e pela tecnologia estabelecem relações sociais completamente diferentes que as estabelecidas nas sociedades primitivas; a cultura é diferente e os conhecimentos necessários para viver nas sociedades tecnológicas são muito complexos. Numa sociedade científico-tecnológica há enorme quantidade de informações que precisam ser repassadas às novas gerações. Por causa dessa crescente complexidade social, há muitos séculos, a sociedade percebeu que o ensino tinha que ser desenvolvido por pessoas especializadas. Esse tipo de sociedade criou uma instituição para dar conta dessa necessidade: a sociedade criou a instituição escolar e passou para a escola a responsabilidade do ensinar. Daí que a escola tem a responsabilidade histórica de produzir conhecimentos de interesse social, os conhecimentos necessários para viver em sociedades tecnológicas, sem perder de vista que a sociedade é um corpo vivo, em permanente processo de transformação. O trabalhador que, no exercício de sua profissão, deve dar conta das finalidades da escola é o profissional do ensino, é o docente, aquele que sabe ensinar e que

para isso está política e tecnicamente preparado.

A exposição de minha dissertação diante da banca, constituída por meu orientador Prof. Dr. Osmar Fávero, Prof. Dr. Jorge Osvaldo Romano e Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto, seguiu o seguinte roteiro: 1- as razões que me levaram a pesquisar como foi construída a escola no Oeste do Paraná no contexto da construção histórica da região; 2- o projeto da dissertação e sua metodologia; 3- os rumos seguidos na pesquisa, descoberta dos diferentes tipos de escola que precedeu a atual, características, etc.

Depois da exposição, no momento das arguições e questionamentos, o primeiro a falar foi Jorge Romano. Iniciou dizendo que este tema não poderia ficar como está; é preciso avançar, completar com novas pesquisas. Quanto às categorias, fez uma distinção entre categorias analíticas e categorias nativas (locais, regionais), segundo ele, poderia ter havido um maior diálogo entre elas. Diante dessas primeiras análises, senti que estava reprovado, tremi nas bases. Eu não tinha entendido o que ele estava querendo dizer com ... “não poderia ficar como está; é preciso avançar...”.

Tinha sido apenas o começo, um método de análise por ele adotado. Em seguida começou a destacar os pontos altos da dissertação. Em certo momento de sua fala, num “portunhol” disse: eu me babéi lendo essa dissertação. Adjetivou o capítulo IV como ‘genial’. Viu tanta qualidade na dissertação que eu jamais imaginei que poderiam existir, principalmente aspectos antropológicos, diferenças culturais existentes entre os grupos étnicos e sociais que colonizaram o Oeste do Paraná. Disse que era uma dissertação com as características de uma *primeira prospecção*, mas que seus principais temas deveriam ser aprofundados com novas pesquisas e novas análises.

Por fim disse que era uma das melhores dissertações que ele tinha lido nos últimos anos; que era além de uma dissertação de mestrado, mas uma tese de doutorado, necessitando apenas alguma arrumação e acrescentou: “O difícil não é perceber, definir ou criar categorias de análise; o difícil é saber trabalhar com elas.” Neste aspecto, sugeri melhor explicitação antropológica, diferenças culturais e conflitos entre caboclos e colonos; as diferenças de expectativa em relação à escola no processo histórico do Oeste do Paraná.

O segundo arguidor foi o Prof. Gaudêncio. Também iniciou apontando alguns aspectos falhos da dissertação ou que mereciam melhor explicitação. Segundo ele eu teria ficado muito preso aos pressupostos. E acrescentou: “Não se pode tomar pressupostos como camisas de força. O tecido social é mais complexo que os pressupostos. Os aspectos culturais – que são subjetivos – mas determinantes no processo social, os diferentes matizes dos descendentes de europeus, diferenças de perspectivas a partir da religião, das igrejas e suas mediações, que constam na dissertação, podiam ser melhor explorados”.

Outro aspecto apontado é que, segundo o entender de Gaudêncio, a Assoeste viabilizou a ideia da Unioeste Multicampi – que não deixa de ser uma visão regional e de seu processo histórico – uma força da sociedade civil. Que forças constitutivas estão envolvidas; quais forças políticas e quem tem o poder orgânico de saber interpretar essa região? A articulação da educação municipal na região, via ações da Assoeste, a formação de profissionais da educação, via os quatro centros universitários possibilitam pensar e planejar a educação de forma abrangente e, pela pesquisa e extensão da Unioeste, pode dar conta de outros aspectos sócio-econômicos-culturais da região, entendendo-a cada vez melhor, mergulhar na sua realidade e construir alternativas para seu desenvolvimento. E acrescentou: “O grande desafio, hoje, tanto para a Assoeste como para a Universidade do Oeste é a alfabetização e a educação fundamental, não tanto da população rural, mas acima de tudo das periferias urbanas. O projeto da Unioeste, a forma como foi encaminhado, é uma ação nascida de um sistema regional de resolver a questão do acesso à escolaridade em todos os graus”.

Todos os aspectos aqui apontados foram a justificativa e a motivação para realizar

pesquisa e tentar entender os rumos da História da Educação desta região. É conveniente lembrar que minhas últimas pesquisas de campo foram realizadas há muito tempo. Na última década, só no ensino superior, ocorreram enormes transformações na Região Oeste do Paraná. O que isso significou em termos de ganhos, no sentido mais abrangente possível, para a sociedade do Oeste do Paraná? Pesquisadores a postos...

Paulino José Orso - *Como o senhor avalia as mudanças políticas e sociais que ocorreram na região Oeste do Paraná desde a década de 1970 e que impactos acredita que tenham exercido na educação dessa região?*

Ivo Oss Emer - A primeira grande mudança política foi o país ter saído de um regime de exceção, de um regime autoritário para um regime com características democráticas.

Quando comecei a trabalhar em sala de aula em 1968, a gente tinha medo, às vezes muito medo. Ainda mais no meu caso, lecionando, entre outras disciplinas, Organização Política e Social Brasileira - OSPB, nas 8ª séries do ginasial, para alunos já no final da adolescência e no noturno, muitos deles adultos. Surgiam perguntas e questionamentos e eu não era de escamotear e correr das questões postas. Às vezes, depois das aulas do noturno, dependendo do que eu tinha falado em sala de aula, eu não tinha certeza de chegar até a Pensão Catarinense, onde morava. Mais por sorte, passei ileso pelo período de chumbo. Depois nós professores tínhamos alguns cuidados; eram poucos os dispostos a dar murro em ponta de baioneta.

As transformações que mais me chamavam atenção eram as sociais e econômicas que ocorreram no período apontado. Em nossa região existiu um período econômico capitaneado pela exploração da erva mate, comercializada com os países do Prata. Depois de 1936 essa atividade econômica passou por dificuldades e, aos poucos, foi definhando.

Depois de 1917, por causa da Primeira Guerra mundial, o Brasil teve dificuldades de importação de produtos de origem europeia, entre eles manteiga, sabão e madeira de pinho serrada em Riga, na Letônia, para as indústrias de móveis do Rio de Janeiro e São Paulo. Essa nova realidade favoreceu a produção de excedentes agrícolas nas colônias de imigrantes, especialmente gêneros alimentícios para a população urbanizada e exploração de nossos recursos naturais, entre eles a madeira. Dessa época em diante é que nasceram as primeiras indústrias brasileiras de alimentos, inclusive os primeiros e rudimentares abatedouros dos colonos, que depois se transformaram nos primeiros frigoríficos.

O pinheiro araucária sempre foi explorado nas regiões de ocupação e colonização. Sempre foi utilizado partido com cunhas; serrado, até com serras manuais de fazer tábuas, ou em rústicas serrarias movidas com utilização de rodas d'água. O desdenhado pinheiro araucária, desdenhado não pela falta de qualidade, mas por ser serrado sem nenhum padrão, demorou a ser aceito no mercado interno e externo. Apenas na década de 1940 começou a existir serrarias com preocupações em padronizar as bitolas das madeiras. Com o tempo e percebendo a qualidade, a indústria brasileira aceitou a araucária e outros tipos de madeiras, especialmente na construção civil, contribuindo para desencadear o ciclo econômico madeireiro no Oeste do Paraná.

Uma atividade econômica constitui um ciclo quando, por um certo tempo, mantém-se como atividade econômica central e, como atividade econômica polarizadora, ao redor dela gravitam as demais atividades econômicas que desempenham um papel complementar. Em Cascavel, de 1945 a aproximadamente 1974, a atividade econômica polarizadora foi a vinculada às serrarias e às indústrias madeireiras.

Já no final da década de 1960 havia preocupação com o futuro econômico de Cascavel e região depois do ciclo madeireiro. Cascavel, desde os primeiros anos da década

de 1930, já dava sinais de que seria um polo regional, um centro de comércio e prestação de serviços e, aos poucos, foi assumindo esse papel. Além disso, em toda a região, depois da década de 1950, já existiam colonos plantando, colhendo com fatura, comercializando excedentes agrícolas, criando aves e animais. À medida que a madeira foi escasseando, a economia regional foi, sem muitos solavancos, buscando novas alternativas. Considerando a qualidade da terra regional, a intensificação da agricultura foi um passo muito natural.

Em 1970, em pesquisa para comprovar que a região já tinha condições socioeconômicas para ter ensino superior, encontrei junto aos guardados do contador Élio Willy Fauth a informação de que em 1962 já ocorreu comercialização de soja em quantidade que mereceu registro estatístico. Depois de 1974, ano em que a soja atingiu preços excepcionais, houve uma ampla expansão das lavouras de soja. Proprietários que tinham suas terras arrendadas, em muitos casos, a nordestinos, encerravam os contratos e realizavam a destoca e mecanização onde já existiam roças. Outros proprietários de terras nem as derrubadas não fizeram mais, a mata foi arrancada para implantar as lavouras de soja dentro de um sistema de mecanização e modernização da agricultura.

Antes da modernização da agricultura ocorreu, na região toda, uma pequena modernização do comércio. No ciclo econômico da madeira, as serrarias constituíam-se em verdadeiras comunidades do interior. Ao redor das serrarias havia as casas onde moravam os trabalhadores e suas famílias. Quando vinham para a cidade em caminhões de transporte de toras, os trabalhadores se abasteciam de gêneros alimentícios e outras utilidades nos armazéns de secos e molhados – onde encontravam de tudo. Aos poucos esses armazéns foram se especializando. Alguns se transformaram em atacados, em supermercados, outros em lojas de tinta, em material de construção, loja de material esportivo, de tecidos e confecção, isto é, se especializaram em determinado ramo de comércio.

Com a implantação da mecanização e da modernização da agricultura, financiada a juros negativos, especialmente depois de 1974, houve um grande aumento de circulação de dinheiro. Como decorrência, apareceram significativas melhorias em tudo, mais bom gosto na construção de residências, com utilização de materiais de melhor qualidade e decoração. Essas novas condições desencadearam melhorias no comércio.

Mas, sem dúvida, a grande mudança e o maior impacto foram desencadeados pela mecanização e modernização da agricultura: êxodo rural, urbanização, grande expansão das periferias urbanas, criação de bairros, às vezes distantes do centro, exigindo novas escolas, ampliação do sistema de transporte, ampliação de rede de água e esgoto e outros serviços, encarecendo demais a administração pública.

Em decorrência da modernização da agricultura, como revelou o censo de 1980, a população regional teve uma enorme perda de sua população rural; parte dessa população rural foi para as cidades e parte migrou para outras regiões do país e até para o Paraguai.

Paulino José Orso - *O senhor acompanhou praticamente todo o processo de criação do ensino superior na Região Oeste do Paraná, desde as primeiras lutas até a integração e transformação em instituição multicampi, a estadualização e o reconhecimento como Universidade, como Unioeste. Qual a importância da Universidade para a sociedade local? Ou então, qual a relação da educação com a sociedade?*

Ivo Oss Emer - Como já me referi, posso afirmar que desde 1968 dedico reflexão e trabalho no sentido de implantar e desenvolver o ensino superior em Cascavel e região. Também como já me referi, eu nunca fui protagonista central de coisa alguma. Eu sempre fiz parte de grupos de trabalho, de grupos que antes sentaram e discutiram ideias, eu sempre fiz parte de equipes. Como dizia o grande colega Prof. Marcos Cláudio Schuster: Ivo, senta e escreve, isso sim eu fiz e muito. Buscar informações, pesquisar, lembrar o que foi dito em

encontros de trabalho, sentar e escrever foi algo muito presente em minha vida; a pedido de muitos outros, sucessores do Prof. Schuster, sentei e escrevi ao logo de meus 42 anos de trabalho só em Cascavel. Até nas reuniões de colegiado, quando era para alguém assumir e escrever a ata, quase sempre sobrava para o lvo. E não estou me queixando, pelo contrário, tenho orgulho de ter participado dessa forma na implantação e desenvolvimento do ensino superior no Oeste do Paraná.

Os cursos pioneiros de toda a região tiveram profundo significado para a sociedade local. A ideia central era a formação de professores para suprir a lacuna de escassez de pessoal titulado e qualificado para atuar no sempre crescente ensino regional. Esse objetivo foi plenamente alcançado desde o início. É só conferir quem compunha as primeiras turmas de graduandos e no que trabalhavam. Nesta abrangência sinto uma frustração: porque o ensino melhorou bastante e depois parou de melhorar?

Em 1975, em razão de novas realidades do contexto nacional e regional foram implantados os cursos de Administração e Ciências Contábeis cursos requeridos pelo desenvolvimento econômico e suas crescentes necessidades de informações e gerenciamento.

Em 1979, em outro contexto e objetivando outros resultados, foram implantados os cursos de Enfermagem e de Engenharia Agrícola. Esses dois novos cursos, de tempo integral, requereram práticas acadêmicas diferenciadas. Aos poucos, e embrionariamente, foi nascendo o espírito universitário.

O Curso de Engenharia Agrícola desempenhou importante papel histórico no desenvolvimento da FECIVEL. Neste curso agruparam-se os primeiros docentes pós-graduados (*stricto sensu*), docentes que tinham convivido em instituições acostumadas a, além do ensino, desenvolver também atividades de pesquisa e extensão. Outra diferença era o regime acadêmico do curso: tempo integral. Essa realidade fez com que os docentes requeressem hora atividade, o que não existia na FECIVEL. Aos poucos, o curso de Engenharia Agrícola foi introduzindo hábitos acadêmicos, foi sendo construído um sentido universitário, abrindo perspectivas para as transformações que só ocorreriam bem mais tarde.

Semelhantes foram as contribuições do Curso de Enfermagem. Em decorrência de suas peculiaridades, passou a estabelecer permanentes intercâmbios com os diversos segmentos da saúde, tanto na administração pública como na comunidade em geral. O curso estabeleceu diversos vínculos entre Universidade e sociedade, uma referência para a área de extensão e serviços da FECIVEL à comunidade.

A partir de pesquisas e publicações do Curso de Enfermagem foram desencadeadas inúmeras ações demonstrando a necessidade de saneamento básico e exigidas medidas preventivas de saúde pública, inclusive a ampliação da rede de esgoto, na época, insignificante em Cascavel. O melhor argumento é o argumento do saber. E o poder público correu diante do argumento do saber, das descobertas do Curso de Enfermagem.

Na década de 1950 Cascavel já era referência para tratamento de problemas de saúde. Nos anos seguintes, outros médicos e serviços laboratoriais aqui foram se estabelecendo, até atingir o atual estágio de importante centro médico do país. O Curso de Enfermagem muito contribuiu para isso. Na década de 1990 os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia faziam pedidos e mais pedidos de enfermeiras formadas em Cascavel. Em certa ocasião, um único pedido solicitava oito enfermeiras necessárias ao serviço de saúde de Mato Grosso.

Em 1980 foi implantado o Curso de Economia. A justificativa da implantação do curso foi a realidade do estágio de desenvolvimento da economia da região. Cada vez mais era sentida a necessidade de perceber os rumos dos fenômenos econômicos, necessidade de consistentes informações e leitura das condições e possibilidades de produção

econômica.

No final do processo de estadualização, via reconhecimento da Unioeste foi criado o curso de Informática, em 1993. Mesmo sem espaço físico para funcionamento e depois de treze anos sem criação de novos cursos, foi implantado o Curso de Informática no Campus de Cascavel. Diante do problema da falta de espaço físico, a Associação Comercial e Industrial de Cascavel - ACIC, com utilização de recursos financeiros próprios, construiu o pavilhão para o funcionamento do novo curso.

Essa história da implantação dos cursos demonstra que em momento algum o ensino superior esteve desvinculado da sociedade e suas necessidades de saber e há uma relação vital entre universidade e sociedade. Se em algum momento parece haver algum distanciamento com a sociedade é mais por falta de explicitação dessa profunda relação, facilmente avivada com pesquisa e extensão.

Paulino José Orso - *Como avalia as mudanças educacionais pelas quais a sociedade brasileira foi passando desde a década de 1970 até os dias atuais?*

Ivo Oss Emer - Mudanças aconteceram muitas. Na legislação, reformas e mais reformas e não sei mais o quê. Que resultados produziram essas mudanças? Mudança não é garantia de qualidade, a mudança pode ser até para pior.

Mas não será agora, depois de idoso, que vou me tornar pessimista. Eu diria que o magistério está cansado de mudanças. Na verdade nós, o país, estamos precisando de transformações e começar pela escola acho um excelente caminho.

Precisamos reconceituar e redefinir o papel da escola. E essa redefinição deve ser muito clara e muito explícita. Qualquer cidadão do país deverá saber o que seu filho vai fazer na escola e qual é o compromisso da escola com aquela criança. Os pais deverão deixar muito claro a seus filhos o que podem e que não podem fazer na escola. Estão acontecendo absurdos na escola. A escola e quem trabalha nela precisam de respeito.

Durante esse período proposto para análise, a escola se degradou e não tem mais condições de atingir seu objetivo maior que é produzir conhecimentos. As raras exceções encontradas no país é onde, por milagre, foram criadas condições de produção de conhecimento. A produção do conhecimento prevê uma caminhada do intelecto. Essa caminhada prevê ouvir, tocar o conteúdo com a sensibilidade intelectual, refletir e compreender (veja no dicionário o sentido de compreender), e realizar registros intelectuais. Sem registros intelectuais ninguém sabe nada de coisa alguma. Sem disciplina é impossível produzir conhecimentos maiores que as sensações. Disciplina aqui significa apenas as condições de realizar os passos requeridos para a produção do conhecimento.

Entendo também que é preciso redefinir o que a escola vai ensinar de uma forma gradativa, sequencial e progressiva. Aos professores caberá transformar os conteúdos propostos em cada etapa da escolarização em conteúdos pedagógicos; o como ensinar o que se vai ensinar. Esse é o saber fazer dos profissionais de ensino.

Por último, é preciso muito critério na avaliação. É preciso avaliar o quanto nossos alunos já sabem, qual é a quantidade e qualidade de seus registros intelectuais, quero dizer, é preciso aferir se nossos alunos têm ou não registros intelectuais na abrangência dos conteúdos definidos como áreas do conhecimento naquele estágio de escolarização.

Cascavel, 30/09/2014.

Notas

³ Ver Cascavel - Ensino Superior – versão de março de 2014, de autoria de Ivo Oss Emer.

⁴ A primeira edição foi de autoria exclusiva de Ivo Oss Emer; capa e ilustrações de Noeli Holanda Emer.

⁵ EMER, Ivo Oss. *Desenvolvimento histórico do Oeste do Paraná e a construção da escola*. Rio de Janeiro: IESAE/FGV, Mimeo, 1991. Defendida no Instituto de Estudos Avançados em Educação - IESAE - Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro, aprovada pela banca - nota 10, com louvor.

Recebido em: 08/08/2014

Aprovado para publicação em: 25/06/2015